



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CARTA CONTRATO Nº 30/2020**

**CARTA-CONTRATO TRE-RO N. 30/2020**

**PROCESSO ELETRÔNICO N. 0002563-58.2020.6.22.8080**

**CARTA-CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DEMOCRÁTICO LTDA - IDDE, PARA MINISTRAÇÃO, NA MODALIDADE A DISTÂNCIA, CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO ELEITORAL A SERVIDORES DA JUSTIÇA ELEITORAL DE RONDÔNIA.**

**CONTRATANTE:** UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, CNPJ 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e do CPF 475.106.849-00.

**CONTRATADO:** **INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DEMOCRÁTICO LTDA (IDDE)**, inscrito no CNPJ sob o n. 08.957.721.0001.04, com sede na Rua Espírito Santo, n. 1204, Centro, CEP: 30.160-031, Município Belo Horizonte/MG, Telefone(s): (31) 3224-8438 / 3214-2260 / 3213-7329 / 99608-3723, E-mail(s): [monique@idde.com.br](mailto:monique@idde.com.br) e [contato@idde.com.br](mailto:contato@idde.com.br); neste ato representada pela Senhora **RENATA ROMAN**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG 6311847-8/SSP/PR e do CPF 004.402.249-26.

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** Leis 8.666/1993 (Licitações e Contratos), Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008, , e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil), assim como decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**FUNDAMENTO LEGAL:** Contratação direta por Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no artigo 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI, ambos da Lei 8.666/93.

**Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação:** Despacho 1911/2020-PRES/DG/GABDG, de 20/11/2020, evento [0625262](#).

**DO OBJETO E SEUS COMPLEMENTOS**

**(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O objeto desta Carta-Contrato é a Contratação do Instituto para o Desenvolvimento Democrático Ltda - IDDE, para, por meio da Faculdade IDDE, ministrar, **na modalidade a distância**, Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Eleitoral, com carga horária de 390 horas/aula (8 disciplinas), para os servidores indicados pela Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia – EJE.

**Subcláusula Primeira** – Quanto ao período de realização da Pós-Graduação, deverá ser observado o que segue:

1. O programa, com duração de aproximadamente 8 (oito) meses, terá início previsto para o mês de dezembro de 2020 – adaptado por solicitação desta unidade considerando-se a realização das Eleições Municipais no mês de novembro – estendendo-se até agosto de 2021;
2. O prazo para entrega do TCC (Trabalho de Conclusão do Curso) será de até 90 dias após a data de término do curso; e
3. Após o período de entrega do TCC, haverá uma prova on-line obrigatória e agendada pelo IDDE em data previamente comunicada aos participantes em até 60 (sessenta) dias antes da prova, via plataforma ou e-mail.

**Subcláusula Segunda** – O curso terá carga horária de 390 horas-aula (8 disciplinas), na modalidade ensino à distância.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Terceira** – As disciplinas serão ministradas totalmente a distância, em plataforma própria, disponibilizada pelo IDDE durante todo o período de realização da pós-graduação.

**Subcláusula Quarta** – O Certificado de Conclusão de Curso será expedido no prazo de até 180 dias úteis, após o encerramento do curso, para os alunos aprovados em todas as disciplinas, bem como no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

**Subcláusula Quinta** – Nos itens 10 e 11 do Projeto Básico respectivo constam detalhes sobre o formato metodológico e pedagógico do curso, assim como o conteúdo programático.

**Subcláusula Sexta** – Por meio da assinatura do presente instrumento, o contratado ratifica as informações e compromissos indicados no item 15 do Projeto Básico respectivo (DA CERTIFICAÇÃO).

**Subcláusula Sétima** - Vinculam-se a esta Carta-Contrato, independente de transcrição, o Projeto Básico(PB)/Termo de Referência(TR) respectivo, assim como a Proposta de prestação de serviços formulada pelo IDDE (evento [0591820](#)) e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação.

## **DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

## **DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

**(Artigo 57, caput e § 3º, da Lei 8.666/93)**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O prazo de vigência desta contratação é de 420 (quatrocentos e vinte) dias, a contar da data de sua assinatura via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO , não podendo ser prorrogada.

**DO VALOR**

**(Artigo 55, III e V, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA QUARTA** – O valor total desta Carta-Contrato é de **R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)**, para o período total de vigência contratual, relativo à 12 (doze) vagas no curso, conforme proposta do CONTRATADO.

**Subcláusula Primeira** – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, inclusive mão-de obra, tributos incidentes, encargos sociais, trabalhistas, fretes, lucro, materiais/componentes de menor custo, despesas administrativas, etc., conforme proposta do CONTRATADO.

**Subcláusula Segunda** – As condições quanto à eventuais: reajuste, repactuação, reequilíbrio, revisão e à outras eventuais alterações constam detalhadas na Cláusula “DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL” deste instrumento.

**Subcláusula Terceira** - As despesas com a execução do presente instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Programa de Trabalho 02122003320GP0011 e Natureza da Despesa 339039-48, conforme Notas de Empenho 2020NE001147 e 2020NE001148, ambas de 24/11/2020, a serem reforçadas durante a execução contratual, caso necessário.

**DO PAGAMENTO**

**(Artigo 55, III, da Lei 8666/93)**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA QUINTA** - O pagamento referente à presente Carta-Contrato será feito em parcela única, em até 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal respectiva, mediante depósito bancário em nome do Instituto para o Desenvolvimento Democrático Ltda, CNPJ 08.957.721/0001-04, no Banco Inter (código 077), Agência 0001-9, Conta nº 6836128-9, observando que:

1. O Instituto para o Desenvolvimento Democrático - IDDE poderá indicar outra conta para a realização dos pagamentos, ficando estabelecido que, na falta de qualquer comunicação, serão feitos na conta especificada no Projeto Básico.
2. O preço contratado será fixo e irrevogável.
3. Os pagamentos serão realizados mediante Ordem Bancária, em moeda corrente nacional, através do Banco do Brasil S/A, após o processo de conferência da fatura e atestação pela fiscalização desta Carta-Contrato, e serão efetuadas as retenções legais.
4. Para fazer jus ao pagamento, o CONTRATADO deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura discriminativa da execução do objeto deste instrumento, acompanhado, sempre que solicitado, de comprovação de sua regularidade com a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), à Fazenda Pública Federal e à Justiça do Trabalho.
5. A regularidade fiscal do CONTRATADO poderá ser certificada mediante consulta ao SICAF;
6. Caso haja alguma pendência quanto à regularidade fiscal do CONTRATADO, o gestor deste instrumento notificará ao CONTRATADO determinando providências de regularização, estabelecendo prazo para tal.
7. Caso o CONTRATADO não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento, ou no prazo estabelecido, ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade, sendo que, no caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).
8. Nenhum pagamento será feito ao CONTRATADO enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9. Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;
10. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento; e
11. O pagamento, quando houver eventuais reajuste, repactuação, revisão ou reequilíbrio, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, sendo uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido;
12. O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pelo CONTRATADO que porventura não tenha sido acordada contratualmente.
13. Identificada qualquer cobrança indevida ou erro na documentação enviada para pagamento, o pagamento ficará sobrestado e os fatos serão informados ao CONTRATADO para regularização, sendo que a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente corrigida, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.
14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

15. A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

16. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que decidirá acerca da eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

**DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DESTA CONTRATAÇÃO**

**(Artigo 67, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA** – No TRE-RO, a Gestão e a fiscalização desta contratação serão realizadas pelo titular da Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia (EJE), ou por seus substitutos respectivos, em suas ausências legais.

**Subcláusula Primeira** – Competem aos titulares e substitutos mencionados nesta Cláusula observar as normas impostas pela Lei 8666/93 e Instrução Normativa 04/2008/TRE-RO.

**Subcláusula Segunda** - A atuação ou a eventual omissão da gestão e da fiscalização durante a execução deste instrumento não poderão ser invocadas para eximir o CONTRATADO da responsabilidade pelo seu cumprimento.

**DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**(Artigo 55, VII, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA SÉTIMA** – São obrigações do CONTRATANTE:

a) proporcionar o necessário para que o Instituto para o Desenvolvimento Democrático - IDDE, possa desempenhar seus serviços, dentro das normas estabelecidas no contrato;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) indicar um representante do TRE-RO e os respectivos substitutos, para assegurar à equipe do Instituto para o Desenvolvimento Democrático - IDDE, o bom desenvolvimento dos serviços contratados;
- c) fornecer as informações e as orientações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do presente instrumento;
- d) notificar o Instituto para o Desenvolvimento Democrático - IDDE, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades eventualmente constatadas na execução dos serviços contratados;
- e) solicitar, formalmente, a qualquer tempo, a substituição de membro da equipe técnica do Instituto para o Desenvolvimento Democrático - IDDE, cuja atuação não esteja, comprovadamente, sendo compatível com os objetivos do contrato.
- f) efetuar os pagamentos ao Instituto para o Desenvolvimento Democrático - IDDE, nas condições estabelecidas no contrato;

### **CLÁUSULA OITAVA – São também obrigações do CONTRATANTE:**

- 1. Promover, através do fiscal deste instrumento, o acompanhamento e a fiscalização, sob os aspectos quantitativos e qualitativos;
- 2. Controlar a execução financeira desta contratação dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;
- 3. Não permitir a transferência, nem a sublocação nem a subcontratação, no todo ou em parte, dos itens objeto desta Carta-Contrato; e
- 4. Cumprir as demais obrigações consignadas no instrumento contratual.

## **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**(Artigo 55, VII e XIII, da Lei 8666/93)**

### **CLÁUSULA NONA – São obrigações do contratado:**

- a) assegurar o cumprimento do conteúdo programático do curso e da metodologia empregada;
- b) selecionar e escalar professores, disponibilizando e mantendo atualizada a agenda do curso;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c) arcar com as despesas com transportes, estadias, alimentação e acomodações, quando for necessário o deslocamento de professores e coordenadores da equipe do curso;
- d) fornecer o material didático a ser utilizado no curso;
- e) avaliar as provas/trabalhos das disciplinas, disponibilizando o mapa de notas aos alunos do curso;
- f) supervisionar a qualidade didática e pedagógica do curso;
- g) fornecer os certificados de conclusão do curso aos alunos aprovados;
- h) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRE-RO, atendendo, de imediato, às reclamações;
- i) levar, imediatamente, ao conhecimento do TRE-RO qualquer fato que impeça ou dificulte a perfeita execução do objeto contratado para adoção das medidas cabíveis;
- j) proceder, quando notificada, à correção de imperfeições, falhas ou irregularidades eventualmente constatadas na execução dos serviços ora contratados, desde que devidamente comprovadas, sem qualquer ônus para o TRE-RO;
- k) responder por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto do contrato;
- l) assumir inteira responsabilidade pelo seu pessoal, os quais não terão qualquer vínculo empregatício com o TRE-RO;
- m) apresentar capacidade técnica compatível com os serviços a serem executados;
- n) substituir, a qualquer tempo, durante a vigência do contrato, qualquer membro da equipe técnica, cuja atuação não esteja, comprovadamente, compatível com os objetivos do contrato;
- o) apresentar, mensalmente ou em outra periodicidade indicada, ao setor competente do TRE-RO, relatórios sobre o desenvolvimento dos trabalhos;
- p) emitir a documentação oficial;
- q) efetivar a matrícula;
- r) avaliar o aluno para a concessão do certificado de especialização;
- s) emitir as notas fiscais/faturas para pagamento;
- t) ministrar o conteúdo programático descrito na proposta inicial; e
- u) homologar a seleção dos participantes realizada pelo TRE-RO.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA DÉCIMA**–Também são obrigações do contratado:

1. sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE;
2. manter-se, durante a execução do presente instrumento, em situação de regularidade perante a Fazenda Pública, a Seguridade Social, o FGTS e a Justiça do Trabalho;
3. responsabilizar-se pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto deste instrumento, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a CONTRATANTE fiscalizar ou acompanhar sua execução;
4. cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, regulamentos oficiais e também pactuadas neste instrumento;
5. Realizar esta contratação nas condições, preços e prazos estabelecidos;
6. Não transferir ou subcontratar, no todo em parte, o objeto contratado, bem como não transferir ou ceder a terceiros o crédito respectivo, ficando obrigada, perante o CONTRATANTE, pelo exato e fiel cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas neste instrumento;
7. Não contratar, na vigência desta Carta-Contrato, empregados ou admitir em seu quadro societário pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este TRE-RO, comunicando imediatamente o TRE-RO sobre a possibilidade de tais ocorrências.
8. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto da presente Carta-Contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total desta contratação, na forma do artigo 65, § 1º e § 2º, da Lei 8.666/93, estando as supressões acima desse percentual condicionadas a acordo entre as partes, conforme § 2o, caput e inciso II, do mesmo diploma legal, observado o que segue:
  - 1) Os limites de alteração à contratação serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original deste instrumento, sem que haja compensação entre eles, conforme reiterada decisões do TCU (Acórdãos 1.981/2009, 749/2010, 906/2012 e 517/2012 – Plenário).
9. Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- 1) Os pedidos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE/RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal deste instrumento, decidir acerca desses requerimentos; e
- 2) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa 004/2008-TRE-RO.

10. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

### **DAS OBRIGAÇÕES CONJUNTAS**

**(Artigo 55, VII, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** –São atribuições conjuntas do TRE-RO e do Instituto para o Desenvolvimento Democrático - IDDE:

- a) definir procedimentos de gestão financeira e execução orçamentária do projeto;
- b) elaborar o calendário do curso;
- c) estabelecer canais permanentes de comunicação.

### **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – O descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura desta carta-contrato, sujeita o CONTRATADO à multas moratórias (atraso no cumprimento das obrigações) e multas punitivas (pela inexecução parcial e total do objeto), conforme regras a seguir:

1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste instrumento, a Administração CONTRATANTE poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções ao CONTRATADO segundo a extensão



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93:

- a) advertência por escrito, nas hipóteses de execução irregular da contratação que não resulte em prejuízo para o serviço do TRE-RO;
- b) aplicação de multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, nas hipóteses de inexecução total e de 5% (cinco por cento) sobre o valor inadimplido, se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do TRE-RO, nos termos do art. 77 da Lei nº. 8.666/93;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-RO, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

2. Expirados os prazos propostos para a entrega dos serviços, sem que o Instituto para o Desenvolvimento Democrático - IDDE o faça, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do TRE-RO, incidente sobre o valor total da contratação.

3. A multa prevista acima será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias. Após o 20º (vigésimo) dia, os bens poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando a inexecução total da contratação, com as consequências prescritas em lei, no projeto básico e no instrumento contratual.

4. As sanções fixadas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 1 poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da empresa CONTRATADA no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

5. A empresa contratada terá o prazo máximo de 2 dias úteis, após notificada por escrito, para confirmar o recebimento da Nota de Empenho.

6. O descumprimento do prazo do item anterior sujeitará a empresa a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa, sem prejuízo de aplicação de outras penalidades;

7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no SICAF;
9. Nas condutas de inexecução parcial deste instrumento ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no Projeto Básico/Termo de Referência, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n 8666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas neste instrumento, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão** deste instrumento.
10. O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pelo CONTRATADO, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU 567/2015- Plenário**).
11. Em caso de multa ou condenação eventualmente aplicadas ao CONTRATADO, o valor deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, caso haja, sendo que o valor será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011-Plenário**).
12. De igual modo, caso o CONTRATADO não tenha nenhum valor a receber do TRE-RO Tribunal ou este valor seja insuficiente, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pelo CONTRATADO através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).
13. No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 3º da Lei 10.522/02);
14. Se o CONTRATADO não recolher o valor da multa ou da condenação eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).
15. Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.
16. As multas e demais penalidades previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17. O procedimento para aplicação de sanções pelo CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

18. Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE/RO 04/2008.

**DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA-** A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando o CONTRATADO, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos e multas que resultarem da paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

**Subcláusula Primeira** - A rescisão contratual poderá ser:

I – Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência da Administração; e

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

**Subcláusula Segunda** – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pelo CONTRATADO, na vigência deste instrumento, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE-RO.

**Subcláusula Terceira** – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

**Subcláusula Quarta** - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**(Artigo 65 e §§ da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Primeira** – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo ao CONTRATADO o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável aos serviços já realizados.

**Subcláusula Segunda** – O CONTRATADO se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste instrumento, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Terceira** – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Quarta** – O CONTRATADO se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

**Subcláusula Quinta** – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste instrumento, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Sexta** – Havendo alteração unilateral deste instrumento que aumente os encargos do CONTRATADO, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Sétima** – É vedado o reequilíbrio quando houver alteração do regime tributário ao qual ao CONTRATADO está sujeita, por não se tratar esta hipótese de fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe previsto no art. 65, II, "d", da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Oitava** – Não há previsão de reajuste de preços para esta contratação, em nenhuma das modalidades.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8666/93)**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - À execução do presente instrumento e aos casos omissos aplicam-se a legislação, as normas e os documentos indicados no início desta Carta-contrato, nos itens “Legislação aplicável” e “Fundamento legal”.

**Subcláusula única** - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA**- O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contratação e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei 8.666/1993.

**DO FORO**

**(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste instrumento contratual ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADO, assim acordados, lavrou-se a presente Carta-Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Porto Velho/RO, 24 de novembro de 2020.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b>  Pelo CONTRATANTE	<b>RENATA ROMAN</b>  Pelo CONTRATADO
Fábia Maria dos Santos Silva  CPF: 567.849.102-49  Testemunha	Aldací Souza Mota  CPF: 326.504.772-53  Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 24/11/2020, às 20:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RENATA ROMAN, Usuário Externo**, em 26/11/2020, às 07:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 26/11/2020, às 10:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 26/11/2020, às 11:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

**PROJETO BÁSICO Nº 10/2020 - PRES/EJE-RO**

**PROJETO BÁSICO Nº 9/2020 - PRES/EJE-RO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **1 - INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, e 7º, I e §2º, I, e §§ 6º e 9º ambos da Lei 8.666/93, no artigo 3º, incisos I a III, da Lei nº 10.520/2002 e nos incisos I, III, V e § 2º do art. 9º do Decreto nº 5.450/05, elaboramos o presente Projeto Básico/Termo de Referência.

### **2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO**

Contratação do Instituto para o Desenvolvimento Democrático Ltda - IDDE, para, por meio da Faculdade IDDE, ministrar, **na modalidade a distância**, Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Eleitoral, com carga horária de 390 horas/aula, para os 12 servidores da Justiça Eleitoral de Rondônia listados a seguir:

<b>Servidor</b>	<b>Lotação/Função</b>
Diogo Ânderson Lopes e Silva ( <a href="#">0583267</a> )	Chefe de Cartório da 1ª ZE de Guajará-Mirim
Daniel Pereira Escudeiro ( <a href="#">0583292</a> )	35ª ZE de São Miguel do Guaporé
Ticiana Lippi Paulucci Conselvan ( <a href="#">0583293</a> )	Chefe de Cartório da 9ª ZE de Pimenta Bueno
Ivaír Simão de Souza ( <a href="#">0583294</a> )	Chefe de Cartório da 29ª ZE
Marcio da Silva Vicente ( <a href="#">0583296</a> )	Chefe de Cartório da 3ª ZE de Ji-Paraná
Nádila Gomes Rêgo ( <a href="#">0583943</a> )	Técnico Judiciário lotada na Secretaria de Gestão de Pessoas
Fabrizio Zanetti Casagrande ( <a href="#">0583945</a> )	Chefe de Cartório 17ª ZE de Alta Floresta do Oeste
Michel Andrade do Nascimento ( <a href="#">0584908</a> )	Chefe da Seção de Comunicação
Valdeliza Cosmo Rodrigues ( <a href="#">0585831</a> )	Assistente I da 9ª ZE de Pimenta Bueno
José Alberto Soares Vidal ( <a href="#">0589900</a> )	Chefe da Seção de Patrimônio
Alexandre Tito Hernandez de Figueiredo ( <a href="#">0590642</a> )	Analista Judiciário lotado na Seção de Jurisprudência
Reginaldo Oliveira Lourenço ( <a href="#">0590729</a> )	Téc. Judiciário da 7ª ZE de Ariquemes



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **3 - JUSTIFICATIVA**

A Escola Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia tem, entre os seus objetivos, a formação, a atualização e a especialização contínua de servidores e de magistrados da Justiça Eleitoral de Rondônia, incubindo-lhe, portanto, promover-lhes o aprimoramento cultural e jurídico, especialmente na área do Direito Eleitoral, bem como o desenvolvimento de ações de estímulo ao estudo, à discussão, à pesquisa e à produção científica em matéria eleitoral.

Para o alcance dessa finalidade, a EJE-RO oferece frequentemente pós-graduações na área do Direito Eleitoral, tendo a última sido concluída no ano de 2019 (contratação em 2018), uma vez que mesmo aqueles que já possuem essa titulação beneficiam-se da capacitação pela possibilidade de atualização na matéria.

Entretanto, as limitações orçamentárias vigentes no âmbito da Administração Pública Federal impossibilitaram a inclusão de nova contratação para o exercício 2020, motivo pelo qual, esta unidade, deixou de contemplá-la em seu plano de trabalho para este exercício e, também, de incluí-la no PAC 2020.

Ocorre que o isolamento social imposto pelas autoridades sanitárias em todo o país e no mundo, como medida utilizada para conter o avanço da pandemia COVID-19, trouxeram à baila a utilização de ferramentas virtuais, antes não tão populares, que possibilitaram a continuidade das capacitações da EJE-RO, em formato online.

A execução virtual das capacitações resultou em economia de orçamento cuja previsão inicial destinava-se ao custeio de diárias e passagens a magistrados e servidores do interior do Estado que participariam de capacitações na sede do TRE-RO e ainda, dos próprios instrutores, que costumeiramente se deslocam ao município de Porto Velho para ministrarem as capacitações contratadas.

Desse modo, há no orçamento ordinário desta unidade valor suficiente para o custeio da despesa ora em comento.

Situação análoga tem se dado com outras unidades deste Regional, tendo a alta administração, decidido pelo remanejamento de recursos que não puderam ser aplicados em razão da pandemia COVID-19, em capacitações



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

não incluídas no PAC 2020, a exemplo da decisão contida no Despacho 948/2020/GABDG (0552329), no PSEI 0001758-54.2020.6.22.8000.

Cumpre registrar que a EJE-RO contratou, com o IDDE, o mesmo objeto no ano de 2018, tendo, a empresa, atendido todos os requisitos da contratação e executado, o seu objeto com sucesso.

Também ressalta-se que o valor proposto para a contratação está dentro dos valores praticados no mercado como se pode extrair do levantamento efetuado pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE no PSEI 0002173-37.2020.6.22.8000 - Evento [0564161](#), estando ainda abaixo do valor contratado anteriormente, em razão do desconto de 6% concedido para pagamento em uma única parcela.

Conforme determinação do Diretor da EJE, Dr. Francisco Borges Ferreira Neto contida no Despacho 20/20/EJERO ([0592582](#)), os interessados juntaram aos autos expediente informando o seu conhecimento expresso do valor a ser despendido com a sua inscrição na pós-graduação e ainda de que caso não a conclua terá que devolver o valor atualizado aos cofres da administração pública.

Eventos [0596431](#), [0596454](#), [0596492](#), [0596515](#), [0596546](#), [0596643](#), [0596832](#), [0596861](#), [0596882](#), [0597439](#), [0597483](#) e [0597498](#).

Acresce-se que esta capacitação proporcionará, aos participantes, o aperfeiçoamento e a atualização, com enfoque crítico-analítico da legislação eleitoral, elevando a competência técnico-profissional dos servidores, com vistas à melhoria dos serviços prestados pelo TRE-RO à sociedade na gestão do processo eleitoral.

E por sua modalidade totalmente on-line propiciará a participação de servidores do interior do Estado, os quais ficam, normalmente, impedidos de participarem de cursos presenciais, oferecidos na sede do TRE-RO, pelas dificuldades de locomoção para a capital do Estado e consequente afastamento do local de seu exercício profissional.

Como se pode constar no quadro inserto no item “2”, 8 dos 12 pretensos alunos são servidores de Zonas Eleitorais do interior do Estado, os quais terão acesso ao conteúdo da pós-graduação em igualdade de condições com os outros 4 servidores lotados na Secretaria do TRE-RO.

Por fim, registra-se que a presente contratação vai ao encontro da realização dos objetivos estratégicos do TRE-RO, notadamente “Fortalecimento da



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

segurança e da transparência do processo eleitoral”, “Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional” e “Aperfeiçoamento da gestão de pessoas” e de sua missão institucional “Garantir a legitimidade do processo eleitoral”.

### **3.1. DA SINGULARIDADE DO OBJETO**

A pós-graduação em análise constitui-se em evento excepcional com alto índice de customização, uma vez que a sua construção se volta especificamente para o atendimento das necessidades da Justiça Eleitoral.

A sua realização não se enquadra nas atividades comuns de aperfeiçoamento, pois implica a seleção de temas de alta indagação, com corte temático específico, definição de perfil próprio do corpo docente e estrutura tecnológica especializada para atingir com eficiência a sua finalidade.

Suas características o tornam inédito e exclusivo, pois não há outra Instituição com o mesmo corpo docente, em sua maioria oriundos dos quadros da Justiça Eleitoral, com comprovada capacidade técnica sobre a temática, com notoriedade tanto acadêmica quanto tecnológica, que possa apresentar proposta idêntica, tornando inviável a concorrência nos mesmos termos.

## **4 – DA MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**Diz a Lei 8.666/93:**

*"Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:*

*(...)*

*VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;*

*(...)*

*§ 1o Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão,*



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*preferencialmente, ser celebrados mediante a realização de concurso, com estipulação prévia de prêmio ou remuneração.*

(...)

*Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*

(...)

*II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;"*

**Sobre a contratação de serviços técnicos mediante inexigibilidade licitação, o Tribunal de Contas da União – TCU expediu a seguinte súmula:**

***SÚMULA Nº 252/2010 - A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado.(destacamos)***

Cumpre então verificar se **o objeto do presente instrumento está devidamente enquadrado na hipótese de inexigibilidade de licitação**. Para tanto, veja-se a lição do Professor Luiz Cláudio de Azevedo Chaves:

*"Logo de plano é bom que se destaque que não seria razoável interpretação restritiva para considerar que o art. 13, VI quis limitar como conceito de serviço técnico especializado apenas as ações de treinamento, devendo ser estendido a todas as ações de educação, em todos os níveis. Assim, qualquer que seja o nome que se dê para o serviço (treinamento, aperfeiçoamento,*



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

*desenvolvimento, capacitação, ensino) ele estará alcançado pelo inciso VI, do art. 13 da Lei 8.666/93. Estão incluídos nesse contexto a contratação de professores, instrutores e conferencistas quando chamados por via direta (pessoa física); contratação de cursos de extensão (curta ou longa duração), de graduação ou de pós-graduação na forma in company; inscrição em cursos de extensão, de graduação ou de pós-graduação abertos a terceiros na forma presencial ou no sistema EAD.(Contratação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal na Administração Pública: uma breve análise da Decisão 439/98, Plenário do TCU. In Revista do TCU n. 129. Jan/abr 2014)"*

Conforme se pode constatar na definição do objeto e na justificativa da contratação (itens 02 e 03 deste PB), **trata-se da contratação de serviços técnicos profissionais especializados para realização de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**, perfeitamente amoldado à hipótese do art. 13, VI, da Lei 8.666/93. Logo, o primeiro requisito está atendido, restando verificar a caracterização da singularidade do serviço e a demonstração da notória especialização do contratado.

Sobre esses dois aspectos o TCU também expediu as seguintes orientações jurisprudenciais:

***Considere que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993". Decisão TCU nº 439/1998- Plenário***

***SÚMULA Nº 264/2011 - A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.***



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Conforme se pode inferir, a natureza em si dos serviços técnicos profissionais especializados relativos a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal seriam suficientes para caracterizar a sua singularidade. Entretanto, cumprir discutir se a prestação do serviço pelo sistema EAD não afastaria essa singularidade.

Aqui, novamente, invoca-se o magistério do Professor do Professor Luiz Cláudio de Azevedo Chaves:

*O mesmo não ocorre com os treinamentos cujo núcleo do serviço não reside na aula, mas no método ou no material didático a ser aplicado. Nesses, a intervenção do professor é acessória, não sendo determinante na obtenção dos resultados esperados. A metodologia, sim, é que é a responsável pelo alcance desses resultados. Os cursos na metodologia Kumon é um excelente exemplo. Este método preconiza um “estudo individualizado que busca formar alunos autodidatas com material didático próprio e autoinstrutivo, permitindo ao aluno desenvolver os exercícios com o mínimo de intervenção do orientador” (grifamos). O núcleo do objeto, ou seja, seu elemento essencial é o método e o material didático empregado. Nesse caso, não se vê presente o requisito da singularidade, pois quem quer que seja o orientador, desde que capacitado para tanto, em razão de sua mínima intervenção, os resultados obtidos serão uniformes, previsíveis, pois o método e o material didático que se constituem nos principais responsáveis pela obtenção dos resultados.*

Desse modo, é correto afirmar que, sempre que o núcleo do serviço de treinamento for a aula (o fazer) significará que a atuação do professor será determinante para o alcance dos resultados pretendidos, revelando a natureza singular do serviço. Em contrapartida, caso o método supere a intervenção do mestre, o treinamento será lícito. Percebe-se que a lógica do dever geral de licitar (art. 37, XXI, CF), em relação a estes serviços se inverte, sendo, a singularidade a regra geral, na medida em que a quase totalidade das ações de capacitação são umbilicalmente dependentes da intervenção do professor. Somente em caráter excepcional é que um treinamento anotará características tão próprias que exigirá menor interferência do orientador.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Para afastar de vez quaisquer dúvidas em relação ao conceito de singularidade, aborda-se a situação da contratação de cursos e treinamentos que não são especializados ou originariamente montados para o órgão contratante.

Invoca-se o clássico exemplo do **Curso de Redação Oficial ou Atualização em Língua Portuguesa**, do qual, com grande frequência, ouve-se o argumento de que não seria de natureza singular pois “o tema não é complexo e há muitos professores de português no mercado”.

Entretanto, enfatiza-se que singularidade não é sinônimo de exclusividade ou raridade, não sendo a quantidade de oferta de profissionais o indicativo da presença desse elemento no serviço, mas sim o exame do componente de seu núcleo, que, na hipótese é a didática própria do professor.

Concluindo-se, mesmo sendo um curso sobre tema de nível menos especializado, e com inúmeros professores aptos, se a intervenção do mestre for determinante para o alcance dos resultados desejados, presente estará o elemento singular do serviço.

O objeto do presente instrumento não é curso EAD do tipo em que o participante é capacitado por meio de acesso à apostila, participação em fórum de discussões e acompanhamento tutorial, com vistas à aquisição de competências para realização de determinadas tarefas ou atividades, no qual a intervenção do orientador é mínima.

Ao inverso, o núcleo do objeto é composto de videoaulas e atividades que exigem constante intervenção do orientador no processo de aprendizagem de tal forma que a atuação do professor será determinante para o alcance dos resultados pretendidos. Portanto, **a singularidade do objeto resta sobejamente caracterizada.**

No que concerne à notória especialização, diz a Lei 8.666/93:

*Art. 25. Omissis*

(...)

*§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior,*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.*

Por seu lado, orienta o TCU:

*Salientou por fim o relator que “o fato da impossibilidade de se fixar critérios objetivos de julgamento, aliada à discricionariedade do gestor na escolha do profissional a ser contratado, não autoriza a Administração a efetuar escolhas arbitrárias ou inadequadas à satisfação do interesse público. A seleção deverá observar os critérios de notoriedade e especialização, sendo devidamente fundamentada no processo de contratação”. Acórdão 2616/2015-Plenário, TC 017.110/2015-7, relator Ministro Benjamin Zymler, 21.10.2015;*

*Em procedimento de inexigibilidade de licitação para contratar a prestação de serviços técnicos especializados, o licitante que apresentar relação do corpo técnico como elemento de justificativa da contratação ficará obrigado a garantir que os indicados realizarão os serviços objeto do contrato. (Brasil. Tribunal de Contas da União. Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília: TCU, Secretária-Geral da Presidência: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010. Pag. 618);*

*Dispense o procedimento licitatório por inexigibilidade, com base no art. 25 e incisos da Lei no 8.666/1993, somente quando efetivamente restar caracterizada a inviabilidade da competição; observando, nas contratações com base no inciso II desse dispositivo, a correta formalização dos processos, instruindo-os com os motivos determinantes da singularidade dos serviços, documentação capaz de demonstrar a notória especialização dos contratados, bem como razões para a escolha do fornecedor ou executante e justificativa do preço, comprovando a sua razoabilidade, nos termos do art. 26 e seu parágrafo único, da Lei no 8.666/1993. Decisão 955/2002 Plenário.*

### **4.1. DA ESCOLHA E DA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DA CONTRATADA**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A escolha da Administração pela contratação do IDDE – Instituto para o Desenvolvimento Democrático deve-se a sua qualificação no oferecimento de cursos de Pós-Graduação *lato sensu* e de atualizações.

O Instituto é parceiro da tradicional Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, por meio de protocolo firmado com o seu *Centro de Direitos Humanos (Ius Gentium Conimbrigae)*.

O IDDE possui ainda larga experiência na formatação de cursos/seminários diferenciados que envolvem profissionais com alta qualificação conforme exemplos abaixo selecionados:

**\* Programa de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito - Especializações em Direito Constitucional, Direito Processual, Direito Público, Direito Eleitoral, entre outras (desde 2009);**

Corpo Docente: Andriano Denardi, André Cordeiro Leal, Bernardo Fernandes, Cristiana Fortini, Diogo Cruvinel, Edson de Rezende, Frederico Costa Greco, Gabriela Rollemberg, Helena Barreto, José Jairo Gomes, José Joaquim Gomes Canotilho, Luciano Bicalho, Marcelo Kokke, Pedro Gonçalves, Rodolfo Viana, Rodrigo Zilio, Suzana Cremasco, Vinicius Lott Thibau, Walber Agra, dentre outros.

**\* Curso de Especialização a Distância em Advocacia Pública para Advocacia Geral da União e várias Procuradorias de Estados e de Municípios brasileiros (desde 2013):**

Corpo Docente: Bruna Rodrigues Colombarolli, Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva, Fefilipe Santa Anna Mucci, Helena Dias Costa Leão, Jónatas Machado, José Luiz Borges Horta, Léo Ferreira Leoncy, Liana Portilho Mattos, Marcelo Barroso Lima Brito de Campos, Marcelo Kokke Gomes, Márcio Ferreira Kelles, Marilda de Paula Silveira, Marina França, Mauro César da Silveira, Onofre Batista, Pedro Gonçalves, Rodolfo Viana Pereira, Silvana Regina Santos Junqueira, Thomas da Rosa de Bustamante.

**\* Curso de Especialização a Distância em Direito e Assistência Jurídica para várias Defensorias Públicas Estaduais (desde 2015):**

Corpo Docente: Allan Helber, Camila Linhares, Eduardo P. Ortiz Abraão, Elcio Nacur Rezende, Felipe Soledade, Felipe Mucci, Flávio Lelles, Helena Barreto, José Luiz Borges Horta, José Roberto Moreira Filho, Juliana Belloque, Kátia Gontijo Ferreira, Leandro Silva, Leonardo Guimarães,



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Leonardo Nunes, Lisandro Luís Wottrich, Marcelo Milagres, Marcelo Kokke, Márcio Kelles, Marlus Riani, Renata Furtado de Barros, Renata Vilas-Boas, Rodolfo Viana Pereira, Silvana Junqueira, Thomas Bustamante.

**Outros Cursos de Capacitação (desde 2009):**

- \* Curso de Direito Eleitoral Prático;
- \* Curso de Solução Pacífica de Controvérsias (Mediação, Conciliação e Arbitragem);
- \* Curso de Hermenêutica Constitucional;
- \* Curso Avançado de Licitação e Pregão;
- \* Curso Prático de Licitação e Pregão;
- \* Curso de Licitação: Termo de Referência e Registro de Preços;
- \* Curso Licitações e Contratos para Obras e Serviços de Engenharia;
- \* Curso Contratos Administrativos;
- \* Curso Contratação Direta pela Administração Pública;
- \* Curso de Controle de Constitucionalidade;
- \* Curso de Licenciamento Ambiental;
- \* Curso de Desenvolvimento de Negócios Imobiliários;
- \* Curso de Regulação de Planos de Saúde;
- \* Curso de Recebimento e Negociação de Precatórios, dentre vários outros.

Dada a excelência de sua atuação, já prestou serviços para vários órgãos públicos e privados, dentre os quais, destacam-se os seguintes:

- a) Contratação pelo Ministério Público de Rondônia para concepção, organização e realização do Curso *in company* de "Atualização em Direito Eleitoral", na modalidade presencial;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) Contratação pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais para concepção, organização e realização do Curso *in company* de "Hermenêutica Jurídica e Constitucional", na modalidade presencial;
- c) Contratação pelo Ministério da Justiça, pela Escola da Advocacia Geral da União (EAGU) e pela Escola Nacional de Mediação (ENAM) para concepção, organização e realização do Curso *in company* de "Solução Pacífica de Controvérsias", na modalidade presencial e a distância;
- d) Contratação pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE-MG) para concepção, organização e realização de Curso Internacional de Aperfeiçoamento *in company*, denominado "Controle e Responsabilidade Pública em Perspectiva Nacional e Comparada";
- e) Contratação pela Defensoria Pública de Minas Gerais para concepção, organização e realização do Curso *in company* de "Direito Penal e Processual Penal", nas modalidades presencial e a distância;
- f) Contratação pela Defensoria Pública de Minas Gerais para concepção, organização e realização do Curso *in company* de "Mediação de Conflitos";
- g) Contratação pela Defensoria Pública de Minas Gerais e por várias outras Defensorias de Estado brasileiras para concepção, organização e realização de Especialização à Distância *in company* em "Direito e Assistência Jurídica";
- h) Contratação pela Advocacia Geral da União (AGU) e por várias Procuradorias Gerais de Estado e de Município em todo o Brasil para concepção, organização e realização de Especialização a distância *in company* em "Advocacia Pública";
- i) Contratação pela Advocacia Geral da União (AGU) e pela Procuradoria Geral do Município de Belo Horizonte (PGMBH) para concepção, organização e realização de Especialização presencial *in company* em "Advocacia Pública";
- j) Contratação pela Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (AGE/MG) e pela Associação de Procuradores do Estado de Minas Gerais (APEMINAS) para concepção, organização e realização de Especialização presencial *in company* em "Advocacia Pública", dentre outros.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **5. DO QUANTITATIVO DE VAGAS**

A definição do quantitativo de vagas se deu por meio da manifestação de interesse em consulta, a magistrados e servidores, realizada por e-mail direcionados a todos da Secretaria e Zonas Eleitorais, para a qual 12 servidores responderam afirmativamente e foram incluídos no planejamento da contratação objeto destes autos.

### **6. DO PERÍODO DE REALIZAÇÃO**

O programa, com duração de aproximadamente 8 (oito) meses, terá início previsto para o mês de dezembro de 2020 – adaptado por solicitação desta unidade considerando-se a realização das Eleições Municipais no mês de novembro – estendendo-se até agosto de 2021.

O prazo para entrega do TCC (Trabalho de Conclusão do Curso) será de até 90 dias após a data de término do curso.

Após o período de entrega do TCC, haverá uma prova on-line obrigatória e agendada pelo IDDE em data previamente comunicada aos participantes em até 60 (sessenta) dias antes da prova, via plataforma ou e-mail.

### **7. DA CARGA HORÁRIA**

O curso terá carga horária de 390 horas-aula (8 disciplinas), na modalidade ensino à distância.

### **8. DO LOCAL PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

As disciplinas serão ministradas totalmente a distância, em plataforma própria, disponibilizada pelo IDDE durante todo o período de realização da pós-graduação.

### **9. DA RAZOABILIDADE DO PREÇO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A proposta inicial apresentada pelo IDDE fora de R\$ 6.256,80 por participante e R\$ 62.568,00 para uma turma a partir de 10 alunos, acrescentando-se um desconto de 5% para o pagamento em uma única parcela.

Após a consulta efetuada junto aos servidores e magistrados eleitorais deste TRE/RO sobre o interesse na realização do Curso de Pós-Graduação em Direito Eleitoral, a Escola Judiciária Eleitoral recebeu manifestação de 12 servidores interessados em cursar a pós-graduação em Direito Eleitoral.

Porquanto, a EJE pleiteou junto ao IDDE a reanálise da proposta considerando a possível formação de uma turma de 12 participantes.

O IDDE, por sua vez, encaminhou nova proposta aumentando o desconto de 5 para 6%, com arredondamento para o valor de R\$ 70.000,00 para esta pós-graduação, conforme eventos [0591819](#) e [0591820](#), o que confere ao valor individual o montante de R\$ 5.833,33.

O valor mencionado está dentro dos valores praticados no mercado como se pode extrair do levantamento efetuado pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE no PSEI 0002173-37.2020.6.22.8000 - Evento [0564161](#) e, conforme já mencionado, está abaixo do valor contratado para o mesmo objeto no ano de 2018.

Forma de pagamento: **R\$ 70.000,00** a serem pagos pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia em parcela única em até 10 dias após a assinatura do instrumento contratual e apresentação da respectiva nota fiscal, condicionado à comprovação de regularidade fiscal da contratada.

## **10. DO FORMATO METODOLÓGICO E PEDAGÓGICO DOS CURSOS A DISTÂNCIA**

Nos termos da proposta, o formato metodológico e pedagógico do curso a distância do IDDE contempla a disponibilização de acesso ininterrupto da plataforma online, durante todo o período do curso, podendo o participante acessá-la conforme sua organização pessoal e disponibilidade de tempo.

Na plataforma, os alunos terão acesso a videoaulas, textos de leitura selecionados, bancos de acórdãos, e aos Fóruns de Discussão e Debates Livres.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em cada disciplina, o aluno deverá realizar atividades avaliativas consistentes em Resoluções de Caso Concreto (RCC), as quais serão intermediadas por tutores, que após a análise das atividades publicarão o feedback aos participantes.

Os alunos participarão também de uma pesquisa de opinião, anônima, para avaliação e coleta de informações sobre o curso, cujo feedback fornecerá importantes subsídios para a formatação de futuras contratações desta Escola Judiciária Eleitoral.

Ao final do curso, será realizada uma prova final na própria plataforma de ensino a distância contendo questões relacionadas às disciplinas cursadas e ao Trabalho de Conclusão de Curso. Os matriculados receberão todas as informações sobre os procedimentos de aprendizagem e serão acompanhados por Tutores que os auxiliarão ao longo do Curso.

## **11. DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

O curso de Especialização em Direito Eleitoral terá a carga horária de 390 horas-aula, correspondentes a 8 disciplinas, ministradas a distância, cujo conteúdo programático é:

<b>Disciplina</b>	<b>Carga Horária</b>
Fundamentos e Princípios de Direito Eleitoral	30 horas
Habilitação à Candidatura	60 horas
Propaganda Eleitoral	60 horas
Abuso de Poder, Condutas Vedadas e Captação Ilícita de Sufrágio	60 horas
Arrecadação e Gastos de Campanha	60 horas
Contencioso Eleitoral (Direito Processual Eleitoral)	60 horas
As Grandes Questões Jurídico-Eleitorais da Atualidade	30 horas
Metodologia de Pesquisa e do Trabalho Científico	30 horas

### **11.1. Disciplinas e Corpo Docente**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **11.1.1. Fundamentos e Princípios do Direito Eleitoral**

Fundamentos do Direito Eleitoral. Princípios constitucionais e setoriais do Direito Eleitoral.

*Eneida Desireé Salgado*

### **11.1.2. Habilitação à Candidatura**

Exigências constitucionais e infraconstitucionais para exercício do sufrágio passivo: condições de elegibilidade, causas de inelegibilidade e condições de registrabilidade. Procedimento de registro: convenções partidárias, pedido de registro, substituição de candidatos, etc.

*Rodolfo Viana Pereira e Marilda Silveira*

### **11.1.3. Propaganda Eleitoral**

Tipologia da Propaganda Política: Institucional, Partidária, Intrapartidária e Eleitoral. Pré-campanha. Tipologia da propaganda eleitoral, com detalhamento das espécies. Aspectos processuais e regime sancionatório.

Fernando Gaspar Neisser

### **11.1.4. Abuso de Poder, Condutas Vedadas e Captação Ilícita de Sufrágio**

A caracterização do ilícito de abuso de poder e suas modalidades: político, econômico, uso indevido e desvio dos meios de comunicação social. Pressupostos do abuso: gravidade das circunstâncias versus potencialidade. Tipologia das condutas vedadas e regimes sancionatórios. Captação ilícita de sufrágio: definição legal e contornos jurisprudenciais. Marcelo Weick e Alexandre Basílio

### **11.1.5. Arrecadação e Gastos de Campanha**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Normas gerais de financiamento: vias de financiamento, marcos cronológicos, condições prévias, etc. Arrecadação de recursos: tipologia dos recursos admitidos, fontes vedadas, regime das doações, comercialização de bens e eventos, recursos de origem não identificada, sobras de campanha. Gastos de recursos: tipologia dos gastos, teto de gastos e suas exceções, vedações, fundo de caixa. Prestação de contas.

Denise Goulart Schlickmann e Lara Ferreira

**11.1.6. Contencioso Eleitoral** (Direito Processual Eleitoral) Sistema brasileiro de contencioso eleitoral. Processo eleitoral e interfaces com o novo código de processo civil. Ritos processuais eleitorais: ordinário, sumário, sumaríssimo, especial. Ações eleitorais em espécie: AIRC, Representações, AIJE, AIME, RCED, dentre outras. Recursos eleitorais.

Ludgero Liberato e Roberta Gresta

### **11.1.7. As Grandes Questões Jurídico-Eleitorais da Atualidade**

Esta inovadora disciplina aborda o que há de mais atual em matéria de Direito Eleitoral. São questões de alta relevância que ajudarão os participantes a se posicionarem nas principais polêmicas do Direito Eleitoral brasileiro contemporâneo. s possuem formato de entrevista com eleitoralistas de grande renome. Eles serão disponibilizados ao longo de todo o curso, paralelamente às demais disciplinas, tornando o acompanhamento da Pós-Graduação bastante dinâmico, relevante e atual.

Vários professores

## **12 – DA COORDENAÇÃO GERAL DO CURSO**

Rodolfo Viana Pereira Professor da Faculdade de Direito da UFMG, nos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado. Coordenador Acadêmico do IDDE. Doutor em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Coimbra. Mestre em Direito Constitucional pela UFMG. PósGraduado em Direito Eleitoral e Administração de Eleições pelo Centre d'Études Comparatives des



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Élections da Universidade de Paris II. Pós-Graduado em Educação a Distância pela Universidade da Califórnia, Irvine. Membro fundador e primeiro Coordenador-Geral da ABRADep – Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político. Advogado, Membro da Comissão Nacional de Direito Eleitoral da OAB.

### **13 - DO CONTRATO** (das obrigações das partes, fiscalização do pagamento e das penalidades)

Nos termos do artigo 62 da Lei 8.666/93, será firmada CARTA-CONTRATO regulando a relação entre a Administração Contratante e a Contratada, nos termos do Anexo II– Minuta de CARTA-CONTRATO deste Projeto Básico, a qual terá vigência de 420 (quatrocentos e vinte) dias, contados de sua assinatura, e cuja gestão e fiscalização ficará a cargo da Escola Judiciária Eleitoral - EJE-RO.

#### **13.1. DAS OBRIGAÇÕES DO IDDE - Instituto para o Desenvolvimento Democrático/Faculdade IDDE**

São obrigações do IDDE/Faculdade IDDE:

- a) assegurar o cumprimento do conteúdo programático do curso e da metodologia empregada;
- b) selecionar e escalar professores, disponibilizando e mantendo atualizada a agenda do curso;
- c) arcar com as despesas com transportes, estadias, alimentação e acomodações, quando for necessário o deslocamento de professores e coordenadores da equipe do curso;
- d) fornecer o material didático a ser utilizado no curso;
- e) avaliar as provas/trabalhos das disciplinas, disponibilizando o mapa de notas aos alunos do curso;
- f) supervisionar a qualidade didática e pedagógica do curso;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- g) fornecer os certificados de conclusão do curso aos alunos aprovados;
- h) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRE-RO, atendendo, de imediato, às reclamações;
- i) levar, imediatamente, ao conhecimento do TRE-RO qualquer fato que impeça ou dificulte a perfeita execução do objeto contratado para adoção das medidas cabíveis;
- j) proceder, quando notificada, à correção de imperfeições, falhas ou irregularidades eventualmente constatadas na execução dos serviços ora contratados, desde que devidamente comprovadas, sem qualquer ônus para o TRE-RO;
- k) responder por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto do contrato;
- l) assumir inteira responsabilidade pelo seu pessoal, os quais não terão qualquer vínculo empregatício com o TRE-RO;
- m) apresentar capacidade técnica compatível com os serviços a serem executados;
- n) substituir, a qualquer tempo, durante a vigência do contrato, qualquer membro da equipe técnica, cuja atuação não esteja, comprovadamente, compatível com os objetivos do contrato;
- o) apresentar, mensalmente ou em outra periodicidade indicada, ao setor competente do TRE-RO, relatórios sobre o desenvolvimento dos trabalhos;
- p) emitir a documentação oficial;
- q) efetivar a matrícula;
- r) avaliar o aluno para a concessão do certificado de especialização;
- s) emitir as notas fiscais/faturas para pagamento;
- t) Ministras o conteúdo programático descrito na proposta inicial
- u) homologar a seleção dos participantes realizada pelo TRE-RO.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **13.2. DAS OBRIGAÇÕES DO TRE-RO**

- a) proporcionar o necessário para que o Instituto para o Desenvolvimento Democrático - IDDE, possa desempenhar seus serviços, dentro das normas estabelecidas no contrato;
- c) indicar um representante do TRE-RO e os respectivos substitutos, para assegurar à equipe do Instituto para o Desenvolvimento Democrático - IDDE, o bom desenvolvimento dos serviços contratados;
- d) fornecer as informações e as orientações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do presente instrumento;
- e) notificar o Instituto para o Desenvolvimento Democrático - IDDE, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades eventualmente constatadas na execução dos serviços contratados;
- f) solicitar, formalmente, a qualquer tempo, a substituição de membro da equipe técnica do Instituto para o Desenvolvimento Democrático - IDDE, cuja atuação não esteja, comprovadamente, sendo compatível com os objetivos do contrato.
- g) efetuar os pagamentos ao Instituto para o Desenvolvimento Democrático - IDDE, nas condições estabelecidas no contrato;

### **13.3. DAS ATRIBUIÇÕES CONJUNTAS**

São atribuições conjuntas do TRE-RO e do Instituto para o Desenvolvimento Democrático - IDDE:

- a) definir procedimentos de gestão financeira e execução orçamentária do projeto;
- b) elaborar o calendário do curso;
- c) estabelecer canais permanentes de comunicação.

**13.3.1.** Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações legais, pela inexecução total ou parcial da contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao Instituto para o Desenvolvimento



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Democrático - IDDE, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93:

- a) advertência por escrito, nas hipóteses de execução irregular da contratação que não resulte em prejuízo para o serviço deste Tribunal;
- b) aplicação de multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, nas hipóteses de inexecução total e de 5% (cinco por cento) sobre o valor inadimplido, se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos deste Regional, nos termos do art. 77 da Lei nº. 8.666/93;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-RO, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

**13.3.2.** Expirados os prazos propostos para a entrega dos serviços, sem que o Instituto para o Desenvolvimento Democrático - IDDE o faça, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração deste Regional, incidente sobre o valor total da contratação.

**13.3.2.1.** A multa prevista neste item será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias. Após o 20º (vigésimo) dia, os bens poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando a inexecução total da contratação, com as consequências prescritas em lei, no ato convocatório e no instrumento contratual.

**13.3.3.** As sanções fixadas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 15.1 poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da empresa a ser contratada no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

**13.3.4.** A empresa a ser contratada terá o prazo máximo de 2 dias úteis, após notificada por escrito, para confirmar o recebimento da Nota de Empenho.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**13.3.4.1.** O descumprimento do prazo do item anterior sujeitará a empresa a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa, sem prejuízo de aplicação de outras penalidades;

**13.3.4.2.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

**13.3.4.3.** No caso da aplicação da penalidade de multa, o valor não recolhido será comunicado à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para inscrição na Dívida Ativa e posterior execução;

**13.3.5.** Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo; e

**13.3.6.** As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e no Diário Oficial da União.

## **13.4. DA FISCALIZAÇÃO**

O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia reserva-se ao direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços prestados pelo Instituto para o Desenvolvimento Democrático - IDDE, por meio da Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia.

## **13.5. DO PAGAMENTO**

**13.5.1.** Pela execução dos serviços objeto deste Projeto, o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia pagará ao Instituto para o Desenvolvimento Democrático Ltda. - IDDE o valor de **R\$ 70.000,00** a serem pagos pelo Tribunal Regional Eleitoral em até 10 dias após a apresentação da Nota Fiscal respectiva, mediante depósito bancário em nome do Instituto para o Desenvolvimento Democrático Ltda, CNPJ 08.957.721/0001-04, no Banco Itaú (código 341), Agência 6626, Conta nº 00863-2.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**13.5.2.** O Instituto para o Desenvolvimento Democrático - IDDE poderá indicar outra conta para a realização dos pagamentos, ficando estabelecido que, na falta de qualquer comunicação, serão feitos na conta especificada neste Projeto Básico.

**13.5.3.** O preço contratado será fixo e irrevogável.

## **14. DA ADEQUAÇÃO AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

Aplicação dos valores disponíveis por economia orçamentária conforme quadro a seguir:

<b>CATEGORIA</b>	<b>ORDINÁRIO</b>
ITEM DE DESPESA	Eventos EJE - Cursos, Diárias e Passagens
PLANO INTERNO	ADM ESCJUD
VALOR DISPONÍVEL	R\$ 17.988,51

ITEM DE DESPESA	Capacitações EJE - Cursos, Diárias e Passagens
PLANO INTERNO	RO CAPEJE
VALOR DISPONÍVEL	R\$ 52.372,00
<b>TOTAL DISPONÍVEL</b>	<b>R\$ 70.360,51</b>

## **15. DA CERTIFICAÇÃO**

Na proposta encaminhada a este Tribunal (documento anexo), o Instituto para o Desenvolvimento Democrático - IDDE - assevera que o Curso de Especialização em Direito Eleitoral cumpre todas as exigências do MEC.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Atesta ainda que todo o registro acadêmico, bem como o certificado com validade nacional serão produzidos pela Faculdade IDDE, dotada de autorização para emissão de títulos de Pós-Graduação *Lato Sensu* a Distância pela [Portaria MEC nº 464 de 07/05/2020](#).

O Certificado de Conclusão de Curso será expedido no prazo de até 180 dias úteis, após o encerramento do curso, para os alunos aprovados em todas as disciplinas, bem como no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

### **16. DOS ANEXOS**

- a) Proposta de prestação de serviços formulada pelo Instituto para o Desenvolvimento Democrático - IDDE ([0591820](#));
- b) Certidões negativas do Instituto para o Desenvolvimento Democrático - IDDE, comprovando aptidão para contratar com a Administração Pública (Evento [0598514](#), [0598518](#), [0598524](#)); e
- c) Contrato Social e alteração (Eventos [0598531](#) e [0598534](#))



Documento assinado eletronicamente por **ELIANE POSSAMAI LEITE, Técnico Judiciário**, em 26/10/2020, às 12:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002563-58.2020.6.22.8080

INTERESSADO: ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL

ASSUNTO: Inexigibilidade de licitação. Evento aberto. Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Eleitoral, na modalidade à distância – Contratada: Instituto para o Desenvolvimento Democrático Ltda. (IDDE) - ANÁLISE.

**PARECER JURÍDICO Nº 254 / 2020 - PRES/DG/AJDG**

**I – RELATÓRIO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da **Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia (EJE-RO)** com vistas a contratar o **INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DEMOCRÁTICO LTDA. (IDDE)**, para, por meio da Faculdade IDDE, ministrar, **na modalidade a distância, Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Eleitoral**, com carga horária de 390 horas/aula, para os 12 servidores da Justiça Eleitoral de Rondônia.

**02.** Conforme item 9 do Projeto Básico 12/2020 - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES ([0615339](#)), dimensionou-se o valor total do curso para os 12 participantes em **R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)**. A unidade realizou a avaliação de custo proporcional ao benefício e a compatibilidade com o mercado, tomando-se como parâmetro os valores praticados para atividades de capacitação neste Tribunal ([0564161](#)), concluindo que o valor está compatível com os praticados para eventos desta natureza.

**03.** Visando conferir a regularidade da empresa, juntou-se aos autos: Certidão Negativa de Tributos Federais ([0598518](#)); Certidão Negativa Trabalhista ([0598524](#)); Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ ([0616666](#)); e Certidão Negativa de Cadastro no FGTS ([0598514](#)).

**04.** O conteúdo e a previsão da data do curso estão devidamente descritos na proposta técnica/comercial da empresa ([0591820](#)) e no Projeto Básico 12 ([0615339](#)).

**05.** Verifica-se que consta, no referido Projeto Básico, a descrição do objeto, justificativa, valor, aderência ao planejamento orçamentário, forma de pagamento e de contrato, as obrigações do TRE, as obrigações da contratada, as sanções administrativas, prazo de execução, gestão e fiscalização e anexos contendo documentos de regularidade fiscal e proposta da empresa.

**06.** A SEDES encaminhou, por e-mail ([0615362](#)), o Projeto Básico para ciência ao representante da empresa proponente que atestou sua concordância ao referido documento, conforme e-mail constante no evento ([0615708](#)).

**07.** A Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, unidade responsável pela avaliação de Projeto Básico e Termo de Referência neste órgão, nos termos do inciso XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE/RO n. 004/2008, concluiu pela regularidade fiscal,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

trabalhista e de FGTS da empresa, em análise formal, verificou que o PB complementado pela proposta da empresa encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inc. IX, art. 7º, inc. I e art. 14 da Lei n. 8.666/93, ao tempo que se manifestou, caso a Autoridade Superior aprove o Estudo Técnico Preliminar ([0597919](#)) e o Projeto Básico 12 ([0615339](#)), pela adjudicação do objeto à proponente ([0616294](#)).

**08.** Na Remessa n. 426 ([0616779](#)), a coordenadora da COMAP direciona os autos a COFC para programação orçamentária da possível despesa, a SECONT para elaboração da minuta do instrumento contratual, e a AJDG para análise e emissão de parecer jurídico.

**09.** A SPOF ([0617221](#)) procedeu a Programação Orçamentária no valor de **R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)**, indicando os Pré-Empenhos/SIAFI n. 2020PE0000377 e 2020PE000278, para custear a futura demanda da unidade, oportunidade em que informou está a despesa pretendida pela Administração adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

**10.** A minuta de carta-contrato foi anexa aos autos pela SECONT no evento [0624603](#). Assim instruídos, pela remessa 424 ([0624605](#)) os autos foram encaminhados a esta AJDG para emissão de parecer jurídico. **É o relatório.**

## **II - ANÁLISE JURÍDICA**

### **2.1 DOS REQUISITOS LEGAIS: SINGULARIDADE E NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO – ART. 13 VI DA LEI N. 8.666/93.**

**11.** A Constituição Federal, no seu art. 37, inciso XXI, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório nas contratações feitas pelo Poder Público. Todavia, o próprio comando constitucional delegou à legislação infraconstitucional a previsão de **exceções** à regra geral, *in verbis*:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

**XXI - ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (sem grifo no original)

**12.** Não por outro motivo, a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, disciplinou, em conformidade com a Carta Política, as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) do certame competitivo.

**13.** Desse modo, tratando-se de pretensão da Administração na contratação de **serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**, situação definida pela Lei de Licitações e Contratos, em seu **art. 13, inciso VI, em princípio**, está caracterizada a situação de inexigibilidade competitiva prevista no **inciso II do art. 25**. Veja-se:

**Art. 25.** É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

**II** - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, **de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; (sem grifo no original)

**14.** Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu serem obrigatórias para a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados pelo art. 13 do Código de Licitações. Assim, qualificou tais serviços, exigindo desses o preenchimento de dois requisitos gerais: a) **natureza singular**; b) **prestação por profissionais ou empresas de notória especialização**.

**15.** Contudo, o entendimento jurisprudencial do TCU tem afastado ambos os requisitos, dispensando a demonstração da singularidade do curso ou da notoriedade do instrutor, quando o evento de capacitação for ofertado por **cursos abertos**. Veja-se:

[...]



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

45. Retomando à proposta de decisão em estudo, consideramos desnecessário firmar entendimento quanto à inexigibilidade de licitação para inscrição de servidores em cursos abertos a terceiros.

46. Os cursos abertos para os quais não cabe licitação são aqueles inusitados, quer por não haver previsão de sua reposição, quer pela indiscutível notoriedade do instrutor, ou ainda aqueles oferecidos por uma única empresa. Em todos os casos o texto da Lei é suficientemente claro: há inviabilidade de competição”. **Decisão TCU 439/1998-Plenário – Ministro Adhemar Paladini Ghisi.**

**16. E, de tal jaez é a posição consolidada pela Corte de Contas (Acórdão TCU n. 1568/2003 – 1ª Câmara):**

(...) A singularidade, esta sim, é quem efetivamente dá causa a que se torne inviável licitar.

A inviabilidade de competição que dá ensejo à possibilidade de se inexigir a licitação reside na singularidade da contratação. O que não implica dizer que os serviços sejam de natureza singular. O que confere legitimidade ao procedimento adotado com arrimo no art. 25, II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, é a singularidade que permeia a situação específica.

**17. Como registrado no acórdão acima transcrito, as decisões mais recentes do TCU caminham no sentido da demonstração - tão só - da singularidade para caracterizar a inexigibilidade competitiva para a contratação desse tipo de serviço técnico. Todavia, mesmo que assim não fosse, há nos autos comprovação da **notória especialização da empresa a ser contratada** atendendo à saciedade a exigência estatuída pelo **art. 25, § 1º da Lei n. 8.666/93, verbis:****

**Art. 25.** É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

**§ 1º** Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

**18. Referida comprovação, por sua vez, também atende à recomendação contida em decisões majoritárias do TCU, todas exigindo a demonstração de ambos os requisitos, vg:**

**Decisão TCU n. 103/98 – Plenário:**

**1.6** - somente realize a contratação sem licitação com base na notória especialização do contratado (art. 25, II, da Lei nº 8.666/93) quando houver inviabilidade de competição entre possíveis interessados, configurando-se simultaneamente a singularidade do objeto e a notoriedade da contratada na execução do serviço específico desejado, a qual não será subcontratada, caso em que se caracterizaria a inviabilidade de competição.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**19.** Em arremate, releva transcrever ementa do voto do **Ministro Eros Grau**, proferido nos autos da **Ação Penal AP 348/SC**. Tal voto foi seguido por todos os membros do Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF:

**EMENTA:** ACÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ADVOGADOS FACE AO CAOS ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SUCEDIDA. LICITAÇÃO. ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS, COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA. PREVISÃO LEGAL. A hipótese dos autos não é de dispensa de licitação, eis que não caracterizado o requisito da emergência. Caracterização de situação na qual há inviabilidade de competição e, logo, inexigibilidade de licitação. 2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (DJ 03/08/07 p.30). (sem grifo no original).

### **2.2 DOS REQUISITOS LEGAIS: RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO: ART. 26, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 8.666/93.**

**20.** Embora se trate de capacitação que pode ser contratada diretamente, a Lei n. 8.666/93 estabelece a observância de alguns **requisitos legais de caráter genérico** aplicáveis a todas as contratações diretas, quais sejam: **a)** a razão da escolha do fornecedor; **b)** a justificativa do preço. Veja-se:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

[...]

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).

**21.** As exigências dos incisos I e IV são inaplicáveis ao caso em exame. Já a **escolha do fornecedor** e a **justificativa do preço** estão **demonstradas de forma satisfatória** pelas razões expostas no Projeto Básico, esclarecendo a singularidade do serviço e a vantajosidade da proposta da contratada, compatível aos padrões contratados por este Tribunal em outros eventos de treinamento.

**22.** Vale ressaltar que o evento pretendido visa capacitar servidores da própria Justiça Eleitoral cujas atividades guardam conformidade com o conteúdo programático do evento e que naturalmente esses servidores demandam com frequência o conhecimento buscado em treinamentos dessa natureza. Nesse sentido, destaca-se o registro contido na **justificativa, item 3 do PB 12** ([0615339](#))

### **3 - JUSTIFICATIVA**

A Escola Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia tem, entre os seus objetivos, a formação, a atualização e a especialização contínua de servidores e de magistrados da Justiça Eleitoral de Rondônia, incubindo-lhe, portanto, promover-lhes o aprimoramento cultural e jurídico, especialmente na área do Direito Eleitoral, bem como o desenvolvimento de ações de estímulo ao estudo, à discussão, à pesquisa e à produção científica em matéria eleitoral.

Para o alcance dessa finalidade, a EJE-RO oferece frequentemente pós-graduações na área do Direito Eleitoral, tendo a última sido concluída no ano de 2019 (contratação em 2018), uma vez que mesmo aqueles que já possuem essa titulação beneficiam-se da capacitação pela possibilidade de atualização na matéria.

(...)

**23.** Com relação a **minuta de Carta-Contrato** (evento [0624603](#)), em análise formal aos seus termos, percebe-se que o referido instrumento encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **III - DA CONCLUSÃO**

**24.** Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica conclui:

a) pela possibilidade de formalização de **contratação direta com o INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DEMOCRÁTICO LTDA. (IDDE), CNPJ 08.957.721/0001-04**, para a realização do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Eleitoral, com carga horária de 390 horas/aula, para os 12 servidores da Justiça Eleitoral de Rondônia, com fundamento no **art. 25, II c/c art. 13, VI**, ambos da **Lei n. 8.666/93**, e, ainda, nos precedentes da Corte de Contas citados neste parecer e, notadamente, na **Decisão TCU n. 439/1998-Plenário**, e,

b) pela regularidade do Projeto Básico 12 ([0615339](#)), visto que, de acordo com as disposições do **art. 6º, IX da Lei n. 8.666/93**, no que for aplicável, pode ser aprovado pela autoridade superior, para os efeitos do **art. 7º, inciso I, § 2º, inciso I c/c § 9º, da Lei de Licitações**.

**25.** Com relação a minuta de Carta-Contrato juntada no evento [0624603](#), o referido instrumento encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação. Para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da referida minuta.

**26.** Cabe registrar que, **deverão ser atualizadas as certidões que comprovam a regularidade fiscal da empresa Instituto para o Desenvolvimento Democrático Ltda. (IDDE), CNPJ n. 08.957.721/0001-04, antes da efetivação da contratação.**

**27.** Ademais, com precedente no **Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário**, entende-se **necessária a publicação na imprensa oficial**, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26, da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está acima do patamar da dispensa legal. Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que da mesma forma seja feita também a publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE.

À consideração da autoridade competente.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 18/11/2020, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002563-58.2020.6.22.8080

INTERESSADO: ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL

ASSUNTO: Contratação de empresa para a realização de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Eleitoral, na modalidade à distância – Instituto para o Desenvolvimento Democrático Ltda. (IDDE).

**DESPACHO Nº 1911 / 2020 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da **Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia (EJE-RO)** com vistas a contratar o **INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DEMOCRÁTICO LTDA. (IDDE)**, para, por meio da Faculdade IDDE, ministrar, **na modalidade à distância, Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Eleitoral**, com carga horária de 390 horas/aula, para 12 servidores da Justiça Eleitoral de Rondônia ([0580653](#)).

A unidade demandante elaborou o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação - ETP 4 ([0597919](#)).

A programação e a data do curso encontram-se descritos na proposta comercial da empresa ([0591820](#)). Dimensionou-se o valor total da contratação em **R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)** para a inscrição de 12 servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, resultando o custo individual em R\$ 5.833,33 (cinco mil oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), conforme item 9 do Projeto Básico nº 12/2020 - EJE-RO (evento [0615339](#)).

Para instruir o feito, juntou-se aos autos a proposta do treinamento elaborada pela empresa citada ([0591820](#)), regularidade fiscal com o FGTS ([0598514](#)), Receita Federal ([0598518](#)), Justiça do Trabalho ([0598524](#)) e CNJ ([0616666](#)), demonstrando estar apta para contratar com a administração pública.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A EJE encaminhou os autos à SAOFC, para análise do Projeto Básico ([0607346](#) e [0615710](#)).

Em atendimento ao Despacho nº 1838/2020-SAOFC ([0607387](#)), a Coordenadora da COMAP - unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência - nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08, manifestou-se pela regularidade do Projeto Básico em questão e pela adjudicação do objeto à referida proponente ([0616294](#)).

Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) para custear a despesa ([0617221](#)).

A SECONT, por sua vez, juntou aos autos a minuta da Carta-Contrato ([0624603](#)) e remeteu-os para a Assessoria Jurídica da DG para análise e parecer.

Assim instruídos, os autos foram encaminhados para análise da Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral que, através do Parecer Jurídico nº 254/2020 ([0624912](#)), opinou pela possibilidade de formalização de contratação direta com o INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DEMOCRÁTICO LTDA. (IDDE), CNPJ 08.957.721/0001-04, para a realização do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Eleitoral, por inexigibilidade de licitação; e pela regularidade do Projeto Básico e pela necessidade de publicação na imprensa oficial, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos, com base no Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário e na Orientação Normativa n. 34/2011, haja vista que o valor da contratação está acima do patamar da dispensa legal. Por fim, aprovou a minuta de carta-contrato ([0624603](#)), nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93 e ressaltou a necessidade de apresentação das certidões atualizadas antes da efetivação da contratação, a fim de comprovar a regularidade fiscal da empresa contratada.

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação, com fulcro no inc. IX do art. 57 da Res. TRE/RO nº 06/2015, e se manifestou pela aprovação do Projeto Básico, pela autorização da despesa, por inexigibilidade de licitação e publicação do ato tanto no Diário Oficial da União- DOU, quanto no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em homenagem ao Princípio da Publicidade, com fulcro no art. 37 da CF/88 ([0624987](#)).

Verifica-se que os autos foram devidamente instruídos.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Como bem explanado pela Assessoria Jurídica, contratação de serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, situação definida pela Lei de Licitações e Contratos, enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do **Acórdão TCU n. 1568/2003 – 1ª Câmara**, com fundamento no art. 25, inc. II c/c o inciso VI do artigo 13, ambos da Lei Geral de Licitações.

Além disso, também está demonstrada a comprovação da notória especialização da empresa a ser contratada, atendendo à sociedade a exigência estatuída pelo **art. 25, § 1º da Lei n. 8.666/93**.

Observa-se que o evento, apesar de não constar no Plano Anual de Capacitação de 2020, proporcionará aos participantes o aperfeiçoamento e a atualização, com enfoque crítico-analítico da legislação eleitoral, elevando a competência técnico-profissional dos servidores, com vistas à melhoria dos serviços prestados pelo TRE-RO à sociedade na gestão do processo eleitoral., conforme justificado pela EJE-RO no item 3 do Projeto Básico.

Conforme relatado, a minuta de carta-contrato foi devidamente aprovada pela AJDG, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018, esta Diretoria-Geral **RATIFICA** a inexigibilidade reconhecida pela SAOFC, descrita no artigo 25, II, da Lei n. 8.666/93, e

**1 - Aprova o ETP nº 4/2020 - EJE ([0597919](#)) e o Projeto Básico nº 12/2020 - EJE-RO ([0615339](#))**, porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no art. 6º, IX e alíneas, art. 7º, inc. I, e art. 14, todos da Lei n. 8.666/93;

**2 - Autoriza a despesa, por inexigibilidade de licitação**, com fulcro no art. 25, inciso II c/c o inciso VI do art. 13 da Lei 8.666/93, nos termos ainda do Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário e na Orientação Normativa n. 34/2011;

**3 - Adjudica o objeto à empresa Instituto para o Desenvolvimento Democrático Ltda. (CNPJ 08.957.721/0001-04) e autoriza a emissão de Nota de Empenho em seu favor, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)**, condicionada à atualização da regularidade fiscal da empresa nos termos do item 13 do Projeto Básico; e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**4 - Determina a publicação do ato tanto no Diário Oficial da União- DOU, quanto no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em homenagem ao princípio da publicidade, e nos termos do [caput do art. 26 da Lei n. 8.666/93](#) e ainda no [Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário](#).**

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



---

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 20/11/2020, às 11:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.